

US\$ 7 bilhões em exportações

por Cynthia Malta
de São Paulo

Até o final deste mês as primeiras conversões da dívida externa em exportações serão implementadas. Pedidos de indústrias e *tradings* interessadas em exportar através desse mecanismo já somam US\$ 7 bilhões. Desse total, o Comitê de Conversão de Dívida em Exportação (Codex) — formado pelo diretor da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, Namir Salek, pelo chefe da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, e pelo diretor da Área Externa do Banco Central, Arnim Lore — deverá liberar aproximadamente 20% para aquelas operações.

"Calculo que apenas 20% dos pedidos, que corresponderiam a US\$ 1,4 bilhão, deverão ser aprovados, pois há muitas propostas que não preenchem os requisitos básicos", diz o vice-presidente da Cotia Trading, Roberto Fonseca. Segundo ele, o Codex está dando preferência para aprovar pedidos dos setores de indústria naval, de equipamentos agrícolas e de eletroeletrônicos, que estão com alto índice de capacidade ociosa e poderiam utilizar esse mecanismo para equilibrar a sua produção. Além disso, na triagem feita pelo Codex, as propostas que não estão comprovadas através de contrato com o importador ou não fazem parte do programa Biefex do Ministério da Indústria e do Comércio não têm muita chance de ser liberadas, acredita Fonseca.

O mecanismo de conversão de dívida em exportações destina-se, basicamente, a gerar exportações adicionais à pauta brasilei-

ra, mediante a conquista de novos mercados ou a venda de produtos não tradicionais, explica Fonseca. Os países considerados de alto risco, "praticamente todo o continente africano e a América Latina", seriam os principais beneficiados com a implantação desse mecanismo de conversão, pois atualmente "eles não estão obtendo financiamentos para realizar importações", afirma Fonseca. Um dos critérios utilizados pelo governo para considerar um país de alto risco é a sua não inclusão no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), esclarece o empresário.

COTIA, AUMENTO SUPERIOR A 200%

A Cotia Trading, que também enviou propostas de conversão de dívida em exportação ao Codex, cujo valor Fonseca prefere não revelar, exportou no ano passado US\$ 280 milhões. Cerca de 10% desse total correspondeu a exportações de bens de capital. Segundo cálculos feitos pelo seu vice-presidente, com a implantação do mecanismo de conversão, a Cotia deverá exportar cerca de US\$ 100 milhões apenas em bens de capital. Isso significa um aumento de mais de 250% sobre a exportação de bens de capital que a *trading* deve fazer neste ano, em relação ao ano passado.

Serviços de engenharia pesada e de consultoria especializada no exterior poderão, a longo prazo, ser exportados pelo mecanismo de conversão, segundo Fonseca. Essa sugestão, aliás, foi aprovada na última reunião do Conselho Nacional de Comércio Exterior (Concex), mas a sua aplicação ainda não tem prazo determinado. "Isso não está sendo discutido

pelo governo no momento", informa Fonseca, que é membro do Concex, onde é um dos representantes do setor privado.

O Concex também aprovou a idéia de que o Banco Central deveria indicar quais os tipos de título da dívida externa brasileira que seriam liquidados mediante a conversão em exportações. Segundo Fonseca, "as dívidas maiores de posse daquelas instituições, que geralmente não aceitam fazer refinanciamento, por exemplo, deverão ser as escolhidas. Com isso decidido, o exportador credenciado vai buscar no mercado os títulos que preenchem as condições impostas pelo governo".

VANTAGEM DE PAGAR À VISTA

Fonseca explica ainda que, na conversão de dívida em exportações, o pagamento ao exportador poderá ser feito a vista ou a prazo pelo Banco Central (BC). No pagamento a vista, o importador adquire títulos da dívida no mercado "beneficiando-se de um deságio, atualmente de cerca de 50%", em valor correspondente à exportação brasileira. Esses títulos são depositados no BC, que libera o seu valor convertido em cruzados ao câmbio oficial, mediante a apresentação de documentos de embarque da mercadoria.

A forma de pagamento a vista, no entanto, foi descartada pelo diretor da Cacex, Namir Salek, para quem "só faz sentido utilizar o mecanismo da conversão para financiar a produção de bens sob encomenda, como navios, por exemplo". Fonseca concorda em que com a utilização dessa forma de pagamento



Roberto Fonseca

a vista "existe o risco de expandir a base monetária". Mas o empresário acredita que a geração de novos empregos, mediante a recuperação do nível de produção dos setores que serão beneficiados pela conversão, e a penetração de produtos brasileiros em novos mercados compensam o risco da expansão da base monetária. Além disso, Fonseca ressalta que "a exportação convencional também gera expansão da base monetária".

Na forma de pagamento a prazo ao exportador, segundo Salek, o governo iria liberando em cruzados o valor da operação, "conforme o andamento da produção do bem encomendado". Nesse tipo de operação, na qual o exportador seria financiado pelo governo, Fonseca esclarece que "se estaria criando um tipo de incentivo ao empresário brasileiro. O que é muito justo, pois atualmente a exportação de produtos não-tradicionais não tem recebido nenhum tipo de estímulo".

Uma das restrições que se colocam para a utilização do mecanismo de con-

versão de dívida na exportação de produtos que têm significativo volume de componentes importados, como é o caso do navio brasileiro, é a de que "pode gerar um efeito líquido negativo no fluxo de caixa do BC, em termos de divisas", lembra Fonseca. Ou seja, o Brasil, além de trocar produto exportado por papel, ainda teria de gastar dólares para importar componentes.

OS INCENTIVOS DE TERCEIROS

No entanto, Fonseca acredita que esse aspecto negativo possa ser contornado, por exemplo, com uma exigência do BC para que o valor importado seja pago não com divisas brasileiras mas com um "drawback compensado". "O exportador dos componentes compromete-se a comprar produtos brasileiros para o seu país no valor correspondente à importação brasileira dos seus produtos", explica Fonseca.

Outra maneira de impedir a saída de divisas do País para compra de componentes, sugerida por Fonseca, é que, "em vez de o exportador receber 100% dos títulos da dívida em cruzados, o valor referente aos componentes seria pago em moeda pelo comprador estrangeiro e o restante em títulos".

"O importante nisso tudo é que o governo está ouvindo os empresários e procurando uma maneira de estimular a produção de setores da indústria que estão com um alto grau de capacidade ociosa. E a vantagem é que se utilizará um incentivo que está no bolso de terceiros, sem nenhum risco para o governo ou para o exportador brasileiro", afirma Fonseca.